

# O desafio do acesso aberto para os povos originários Kaingang na era digital

**CLAUDIA CARMEM BAGGIO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

**EDGAR BISSET ALVAREZ**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

## **EIXO TEMÁTICO**

Comunicação acadêmica, científica e cultural aberta

## **RESUMO**

Na era da tecnologia digital, compreende-se a importância de fomentar mecanismos para dar visibilidade à produção (técnica, científica e cultural) para a comunidade Kaingang da Aldeia Três Soitas localizada em Santa Maria, RS e para a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Augusto Ope da Silva. Como objetivo geral desta pesquisa criou-se uma página na internet para que os docentes e discentes da escola pudessem acessar os materiais pedagógicos de forma simples e organizada. Para a identificação desses materiais pedagógicos, formularam-se os objetivos específicos: investigou-se quais materiais pedagógicos são utilizados pela escola e se estes materiais se encontram em formato digital; quais materiais didáticos se encontram em língua Kaingang ou que abordam a cultura Kaingang e verificou-se se estes materiais estão disponibilizados em acesso aberto. A metodologia adotada foi a pesquisa descritiva e exploratória, desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica e documental, tendo uma abordagem qualitativa, que visa um maior conhecimento sobre a temática dos povos indígenas, elaborada a partir da análise da literatura consultada: livros, artigos de periódicos, teses, dissertações e Portal Capes. Entre os resultados destaca-se a página da escola e também a participação dos gestores da escola, cacique, alunos, professores e moradores da Aldeia na contribuição da pesquisa, onde todos contribuíram para a realização deste estudo. A publicação dos materiais pedagógicos para os Kaingang, na página da escola, contribui para dar visibilidade aos materiais produzidos, possibilitando o compartilhamento de informações e a valorização da língua indígena, contribuindo para a revitalização da cultura, para que a escola indígena cumpra o seu papel de formar cidadãos preparados para fazerem as suas escolhas profissionais e de vida,

qualificando os espaços de suas comunidades, através do acesso aberto à Tecnologia Digital.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

Tecnologias Digitais; acesso aberto; Kaingang.

## **1 Introdução**

Na era da informação percebe-se que uma das consequências mais marcantes da sociedade da informação é o crescimento das informações, estas passam a utilizar sistemas mais modernos e para isso se faz necessário ferramentas tecnológicas adequadas para a recuperação e o gerenciamento da informação. Neste contexto, tem-se o conceito de Ciência Aberta “é um conhecimento transparente e acessível, compartilhado e desenvolvido por meio de redes colaborativas” (Vicente-Sáez; Martínez-Fuentes, 2018, p. 7). É um movimento que estimula a transparência do conhecimento científico (Silva; Silveira, 2019), fundamenta-se na premissa de que o conhecimento é um bem público e, portanto, deve estar disponível a todos.

Como objetivo geral desta pesquisa criou-se uma página na internet para que os docentes e discentes da escola pudessem acessar os materiais pedagógicos de forma simples e organizada. A motivação deste trabalho veio da percepção da dificuldade de acesso à materiais didáticos na língua Kaingang, pela comunidade escolar indígena, através da tecnologia digital. Constatada através de uma conversa realizada pela pesquisadora com a diretora da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental (EEIEF) Augusto Ope da Silva, avaliou-se a necessidade e importância de se ter um web site que facilite a busca de informações, materiais pedagógicos, documentos, legislações, além de divulgar as atividades da escola. Dessa forma criou-se uma página na internet para a Escola da Aldeia Kaingang Três Soitas, localizada na cidade de Santa Maria-RS, mais especificamente para os

docentes e discentes da EEIEF Augusto Ope da Silva, para que estes tenham fácil acesso a estes conhecimentos/informações/documentos, de forma simples e organizada. A delimitação por tal instituição justifica-se por ela ser uma escola diferenciada, multicultural e bilíngue, onde o acesso aos materiais didáticos, específicos da cultura Kaingang, ainda são escassos. Salienta-se que o acesso aberto à informação produzida por este povo originário é um aspecto importante, visto que os conhecimentos produzidos por eles devem ser disponibilizados de forma facilitada, dando visibilidade para quem de direito: o povo Kaingang e a sociedade em geral.

Para a criação desta página, no primeiro momento, foi estabelecido um diálogo com a equipe diretiva da escola para que fosse identificadas as demandas e as expectativas da mesma em relação à criação da página e o principal argumento foi a carência de um espaço organizado com a disponibilidade de materiais para o estudo da língua Kaingang pelos alunos da escola. A partir disso, foram identificados quais materiais pedagógicos são utilizados pela EEIEF Augusto Ope da Silva e que se encontram em formato digital; também foi realizada uma pesquisa em relação aos materiais didáticos em língua Kaingang ou que abordam a cultura Kaingang e que estão disponibilizados em acesso aberto e criou-se a página na Internet da EEIEF Augusto Ope da Silva.

## **2 Desenvolvimento**

Na 41ª Conferência Geral da Unesco, realizada em novembro de 2021, foram discutidas diversas recomendações sobre a Ciência Aberta, movimento que estimula a transparência do conhecimento científico (Silva; Silveira, 2019). Neste documento, se mostra, como uma das recomendações, o diálogo aberto com outros sistemas de conhecimento, como o dos acadêmicos marginalizados, das comunidades locais e dos povos indígenas. Por séculos, criou-se uma ideia distorcida do que é ser indígena, como se essas

comunidades vivessem todas de uma mesma forma, sem contato algum com as áreas urbanas e sem utilizar ferramentas como computadores e celulares. Em consequência disso, cometeu-se o erro de mencionar esses povos quase sempre no passado, sendo que eles vivem também no presente e são parte do nosso futuro.

De acordo com as informações do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população indígena brasileira é composta por mais de 305 povos. No Brasil estão vivendo aproximadamente 900 mil indígenas, falantes de 274 línguas, desse modo, o povo originário do Brasil, forma, atualmente, uma minoria, representando menos de 0,5% da população brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2013). Uma parte da população indígena vive nas cidades, 324.834 pessoas (IBGE, 2010), estudam em universidades, trabalham com carteira assinada, e estão na internet, produzindo e compartilhando conteúdos muito diversos. Sozinhos, os Kaingang correspondem a quase 50% de toda população dos povos de língua Jê, sendo um dos cinco povos indígenas mais populosos no Brasil.

A mobilização dos povos indígenas, desde a década de 1970, derivou nas políticas e ações que tiveram o seu propósito atingido com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Esta reconheceu a identificação da sociedade brasileira como pluriétnica e multicultural. Desta forma, inicia-se um novo modo de se fazer políticas educacionais aos povos indígenas. A Escola indígena passa a ser considerada como comunitária, bilíngue/multilíngue, intercultural, territorializada, específica e diferenciada, intencionando o reconhecimento e a preservação da diversidade cultural e linguística de cada comunidade.

A história da educação Escolar indígena, apesar de não ter uma trajetória tão linear, segundo Ferreira, (2001), pode ser assim compreendida:

A história da educação escolar entre povos indígenas no Brasil pode ser dividida em quatro fases. A primeira situa-se à época do Brasil Colonial, quando a Escolarização dos índios esteve a cargo exclusivo de missionários católicos, notadamente os jesuítas; O segundo momento é marcado pela criação do SPI, em 1910, e se estende à política de ensino da FUNAI e a articulação com o Summer Institute of Linguistics (SIL) e outras missões religiosas; o surgimento de organizações indigenistas não-governamentais e a formação do movimento indígena em fins de 1960 e início de 1970, período de ditadura militar, marcam o início da terceira fase; a quarta fase vem da iniciativa dos próprios povos indígenas, a partir de 1980, que decidem definir e autogerir os processos de educação formal (Ferreira, 2001, p. 72).

O aprendizado por parte dos povos indígenas, das ferramentas de informática e da internet como meios de divulgação de suas culturas e de seus direitos têm recebido maior destaque a cada dia. Thiago (2010) salienta que,

A noção presente no imaginário popular brasileiro de que o índio deixa de ser índio no momento que adota costumes e tecnologias de herança ocidental é contraposta pela prática, cada vez mais difundida nas aldeias indígenas, de utilizar ferramentas de tecnologia de informação exatamente com o intuito de tornar mais eficiente a defesa do estilo de vida e da cultura indígenas.

Dessa forma, o acesso à rede favorece o fator intercultural das tribos. "Criamos uma situação mais justa e igual. Hoje vemos que os índios sofrem problemas de invasão ambiental e ficam muito isolados, não têm meios de se defender", comenta (Thiago, 2010), não será a internet mais uma responsável pela degradação na cultura e hábitos dos índios. "Eles sempre sofreram preconceitos, a rede irá valorizar a cultura entre os povos". Na verdade, a internet já está interligando aldeias indígenas brasileiras.

De acordo com o Censo Escolar 2021, produzido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), existem hoje no Brasil 3.359 escolas indígenas. Praticamente metade delas (49%) não possuem saneamento básico, 30% não têm energia elétrica e 75% não têm acesso à internet. Todavia, algumas experiências de políticas públicas têm

conseguido transformar a realidade dessas escolas, agregando de modo proativo criatividade, tecnologias digitais e capacidade de gestão.

A Constituição de 1988 garantiu aos índios o direito de permanecer sendo indígenas. Dessa forma, a legislação atual reconhece a diversidade sociocultural e linguística dos povos indígenas do Brasil.

No que diz respeito à educação escolar, assegurou-se aos povos indígenas o direito a uma Escola específica e diferenciada, o acesso aos conhecimentos de outros povos – ditos universais, pelo uso da língua materna e pela valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas. São preceitos que se materializam numa escola voltada às atividades do povo de forma específica e diferenciada, no uso de materiais didáticos próprios e construídos com base nos processos próprios de construção de conhecimentos que vem de suas ancestralidades, docência de professores indígenas, membros de suas respectivas comunidades (Ferreira, 2020, p. 85).

Ferreira (2020) destaca que “a educação escolar indígena no Brasil passa a ter diretrizes específicas para sua oferta nas terras indígenas, garantido por lei, que cada povo tenha autonomia para organizar suas escolas de acordo com suas realidades e necessidades”. Sendo assim, isso poderá resultar em experiências bem-sucedidas nos sistemas de educação de cada povo indígena, pois cada um tem uma maneira inerente de educar seus membros. Ferreira (2020) acrescenta que,

Há ainda muito a ser feito no sentido da universalização da oferta de uma educação Escolar de qualidade junto aos povos indígenas no sentido de contribuir para a construção de seus projetos presentes e de futuro, de autonomia e autodeterminação, mas principalmente o reconhecimento no universo das políticas públicas governamentais que visam o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem, nos termos propostos pela Constituição Federal de 1988 e as regulamentações que lhe seguem. Porém, mesmo já sendo de conhecimento de todos, ainda é importante lembrar os avanços legais que podemos contabilizar a nosso favor referente à educação escolar.

Após a Constituição de 1988, o Decreto 26, de 04 de fevereiro de 1991, retirou a incumbência exclusiva da FUNAI de administrar processos de educação escolar junto às comunidades indígenas e conferiu ao Ministério da Educação a coordenação e a execução das ações, junto aos Estados e Municípios. A partir da Portaria Ministerial Nº 559, de 16 de abril de 1991, que institui no MEC a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas e o Comitê de Educação Escolar Indígena, se recomenda a criação dos NEIs (Núcleos de Educação Indígena) nas Secretarias Estaduais:

Art.4º - Criar, no Ministério da Educação, uma Coordenação Nacional de Educação Indígena, constituída por técnicos do Ministério e especialistas de órgãos governamentais, organizações não governamentais afetas à educação indígena e universidades, com a finalidade de coordenar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas da Educação Indígena no País.

Art.5º - Estimular a criação de Núcleos de Educação Indígena nas Secretarias Estaduais de Educação, com a finalidade de apoiar e assessorar as Escolas indígenas.

Parágrafo Único - Esses núcleos deverão contar com a participação de representantes das comunidades indígenas locais atuantes na educação, de organizações não governamentais afetas a educação indígena e de universidades (BRASIL, Portaria Nº 559/1991).

Neste contexto, a proposta de uma Escola indígena diferenciada e específica representa um avanço, mas também uma novidade no sistema de educação brasileiro.

Ela exige das instituições de ensino e órgãos públicos responsáveis pela definição de concepções e mecanismos de educação escolar, que os indígenas também façam parte dessas definições, tanto conceituais como de suas práticas para que, de fato, possam incorporar e se incorporar no sistema oficial. Isto representa um desafio ao respeito às particularidades dos povos indígenas, mas que colabora na manutenção de suas especificidades culturais, históricas e linguísticas e propicia novas práticas educativas e de pesquisas em educação indígena, reforçando o que a lei visa assegurar (Ferreira, 2020).

## 2.1 Tecnologias Digitais e os desafios na Era da informação

As tecnologias digitais têm grande impacto sobre o modo como muitos pesquisadores das áreas das ciências humanas realizam e compartilham os resultados de seus estudos. Neste sentido, Rydberg-Cox (2006) salienta que,

Essas ferramentas de busca permitem aos usuários interagirem com os textos de maneiras diferentes que a forma impressa, neste contexto, estes meios digitais abrem novos modos de divulgação e novas formas de apropriação da informação contida nestes textos. Ao mesmo tempo, esses recursos digitais podem mudar radicalmente a audiência e o alcance do trabalho realizado pelos pesquisadores das áreas das ciências humanas.

Para muitas bibliotecas digitais, a crescente disponibilização das tecnologias auxilia a aumentar a produtividade operacional, aprimorando o processo de tomada de decisão; permitindo o desenvolvimento de novos serviços informacionais e atendendo o usuário nas necessidades de busca, acesso e apropriação de informação. Desse modo, as constantes mudanças nas formas de organização tradicional da informação presentes em ambientes informacionais digitais são reflexos da incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), como no caso das bibliotecas digitais, que armazenam, preservam, disseminam e permitem o acesso à produção intelectual agregando recursos que possibilitam o processo de construção do conhecimento, a partir da participação colaborativa aplicada em diferentes ambientes.

Nesse sentido, o quadro de competências digitais para os cidadãos, apresenta o vasto conjunto de competências necessárias a todos, desde a *Information Literacy* (expressão traduzida e reconhecida no Brasil como Competência em Informação – CoInfo), passando pela criação de conteúdos digitais, até à segurança e bem-estar nas redes. Desde sua origem, a Competência em Informação tem como objetivo principal desenvolver habilidades para lidar com a informação. O relatório precursor da CoInfo, produzido por Paul Zurkowski em 1974 nos Estados Unidos, indica que:

O documento foi concebido tendo como fundamento as mudanças sociais influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico e a constatação de que os cidadãos americanos não possuíam as habilidades para utilizar os recursos tecnológicos disponíveis e que viessem a ser desenvolvidos e apresentava como principal objetivo instruir a população para lidar com a abundância de informações disponíveis que excedem a capacidade humana de avaliar, com a diversidade de procedimentos de busca de informação existentes e com a variedade de rotas de acesso e fontes informacionais mal compreendidas e subutilizadas (Furtado, 2019, p. 65).

Hoje, a ColInfo coopera para a manutenção de uma sociedade democrática, devidamente alicerçada na liberdade humana e na inclusão social (Furtado, 2019), além disso, com a ampliação de desenvolvimento tecnológico e de mecanismos informacionais, os quais repercutem nas atividades cotidianas, nota-se a necessidade de “lidar com informações de forma inteligente e criteriosa [...] um componente essencial de uma educação relevante para a vida no século XXI”, como afirma Haydn (2017) citado por Furtado et al. (2022, p. 25).

Na ocasião da pandemia de Covid-19, viveu-se um cenário catastrófico, em meio à maior crise sanitária e uma grande crise econômica, houve muita desinformação promovida pelo próprio governo federal da época e seus apoiadores. Neste contexto, a tecnologia tornou-se urgente e necessária como um instrumento para verificar a veracidade e autenticidade de informações e documentos, consultar meios de verificação de conteúdo, pesquisar e construir conhecimento. A partir deste exemplo, pode-se ampliar esta ação e aplicá-la a todo e qualquer contexto.

Para Costa, Duqueviz e Pedrosa (2015), “as tecnologias digitais são instrumentos e mediadores da interação humana, e como tais, têm colaborado para mudanças em algumas práticas sociais, tais como a comunicação, a socialização, a organização, a mobilização e a aprendizagem”. Nesse contexto, os povos indígenas têm interesse no uso de tecnologias da sociedade

ocidental contemporânea, principalmente a telefonia móvel e a internet, potencializando o fluxo de informações e a comunicação entre os indígenas, constituindo importantes redes interculturais.

### **2.1.1 Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Ope da Silva**

Os Kaingang do Rio Grande do Sul possuem 55 Escolas distribuídas em terras já demarcadas e outras ainda em processo demarcatório, atendendo alunos desde a educação infantil, ensino fundamental, até o ensino médio. Ferreira (2020, p. 99) comenta que, dessas escolas, oito oferecem o ensino fundamental e médio e, um Instituto de Educação Indígena forma professor Kaingang em nível de magistério para atuarem nas suas comunidades Kaingang.

Em relação ao nome da Escola, Linda Tuhiwai Smith, intelectual indígena destaca que os nomes indígenas carregam consigo a história do povo, de lugares e eventos. Neste contexto, Ferreira (2020, p. 101), salienta que Augusto foi e ainda é, uma grande liderança Kaingang que sempre esteve na luta por melhores condições para o povo. “Participou do movimento indígena no Brasil, sempre teve como bandeira de luta a retomada e demarcação das terras Kaingang, um grande incentivador e participante na vida dos professores Kaingang na luta por educação escolar indígena”. Defendeu uma educação de qualidade, bilíngue e intercultural. “A cultura viva, a língua viva” (palavras de Augusto Opẽ da Silva). Nesse sentido, mesmo faltando muito o que fazer nas escolas, renomeadas, já representam o pensamento Kaingang.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Augusto Ope da Silva, localizada em Santa Maria, RS, oferece o ensino fundamental e atende alunos da pré-Escola até a EJA (Educação de Jovens e Adultos). Possui cinco turmas multisseriadas: Pré-Escola A e B; Turma 1º aos 3º anos; Turma 4º e 5º anos; Turma 6º aos 9º anos e Turma EJA T3 à T6 - Anos Finais. Nessa Escola trabalham professores indígenas e não indígenas, sendo que a maioria dos professores indígenas atua nos anos iniciais. Nessa Escola, Figura 1, atua uma

professora não indígena na direção e uma professora não indígena na coordenação pedagógica.



FIGURA 1. Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Augusto Ope da Silva

Fonte: Facebook da EEIEF

A presença de professores Kaingang na escola é um avanço para educação escolar indígena, considerando que num passado próximo os cargos diretivos e à docência eram desenvolvidos somente por professores não indígenas, que alfabetizavam na língua portuguesa. “Isso cumpria os objetivos integracionistas, de negação de valores dos Kaingang, na clara intenção de “civilizar” os indígenas, na busca da integração destes à sociedade nacional e, assim, explorar seu território” (Ferreira, 2020, p. 25).

Em vista disto, Ferreira (2020, p. 33) alerta

para que as tecnologias ajudem as famílias a terem uma vida melhor, ajudem a qualificar suas práticas que vem de geração em geração, tendo a compreensão que a utilização das tecnologias não deve ter a produção como princípio do acúmulo e a riqueza individualizada, mas destina-se a fortalecer relações de complementariedade e reciprocidade entre as pessoas, as famílias, os povos, sem destruir o meio ambiente, a natureza, que lhes disponibiliza parte de sua alimentação numa relação complementar, com a visão da vida tradicional dos

povos indígenas. Uma concepção que parece ser um dos desafios para a educação escolar indígena.

Para Ferreira (2020), a terra é tudo para os indígenas, a partir dessa perspectiva, “a luta por direitos é bem mais ampla e todos os povos procuram estar presentes nas discussões das políticas públicas a seu respeito, entre elas a educação Escolar, que passa a ser umas das prioridades”, pois veem, no artigo 210 da Constituição Federal, o direito de ter uma Escola que respeite suas línguas maternas, bem como os processos próprios de aprendizagem. Mas, além disso, veem a Escola como uma ferramenta potencial de luta. “Nesse sentido, ter a educação escolar como direito é muito mais amplo do que pensar a Escola como um espaço isolado das reivindicações Kaingang” (Ferreira, 2020, p. 39).

Neste contexto, Ferreira (2020, p. 39) comenta que, “com essa compreensão, as lideranças Kaingang participam ativamente na efetivação da educação escolar específica e diferenciada”. Com esse movimento, as Escolas já existentes nas Terras Kaingang vão, aos poucos, ganhando nova forma, outros objetivos, como ações que visam revitalizar a educação e a Escola, baseadas nos ensinamentos ancestrais que sustentarão as lutas e como espaço de construção de pensamento indígena.

Não há indivíduo ou grupo indígena com algum grau de contato que não deseje o acesso, o domínio e a apropriação de uma lista enorme de bens, tecnologias e valores do mundo branco para aperfeiçoar seus conhecimentos e modos de vida, sobretudo se os atuais contextos de pós-contatos são levados em conta. Trata-se, repito, não apenas de tecnologias, mas também de valores e modo de vida (Luciano, 2013, p. 127).

A escola entre os Kaingang é conhecida nos períodos mais antigos da história, como a “escola para índios”, implementada por ações do estado e suas parcerias religiosas, que tinham a intenção de conduzir forçosamente à integração e a assimilação dos Kaingang a chamada “comunhão nacional”, ou

seja, sua extinção como povo culturalmente diferente frente a sociedade nacional branca europeia.

No entanto, a população indígena permanece em situação de vulnerabilidade frente ao avanço violento sobre suas terras, a destruição das florestas e rios, a perda de suas tradições e a redução de sua qualidade de vida. Mesmo com os esforços para assegurar seus direitos fundamentais, essa situação representa um grande desafio também para a educação, em especial para as escolas indígenas.

Nesse sentido, busco a compreensão das razões das políticas que levam os Kaingang a diminuir ou a se envergonhar do uso da língua materna, a perda de costumes, de valores tradicionais da cultura do povo e que propiciaram a desvalorização dos conhecimentos, dos saberes e da pedagogia Kaingang na escola para o índio. Frente a isso, a intensificação da preocupação dos professores, junto com suas lideranças tradicionais e com não indígenas afetos à causa, em refletir e construir uma prática escolar diferenciada e específica, como preconiza a legislação brasileira pós Constituição Federal de 1988 (Ferreira, 2020).

Observa-se que se manifesta de modo mais intenso, a busca de alternativas para a superação das políticas de educação escolar implementadas no passado, colocando em evidência outras práticas e fortalecendo a história do povo.

### **2.1.2 Investimento em formação, infraestrutura e tecnologia na Aldeia Três Soitas e EEIEF Augusto Ope da Silva**

Em meados de 2010, um Programa do Governo Federal, levou energia elétrica para muitas aldeias, a partir disso, as comunidades rurais e tradicionais, avançaram em direção à modernidade, mudaram os hábitos de consumo, com aquisição de eletrodomésticos e melhorias na infraestrutura das comunidades.

A solução encontrada para dar acesso a uma educação mediada pela tecnologia para os povos indígenas Kaingang foi o apoio à escola. Esse espaço

visa oferecer infraestrutura informacional e suporte técnico para os professores. Esta unidade possui internet de banda larga, computadores e impressoras. A Secretaria de Educação do Estado (Seduc-RS), através da 8ª CRE (Coordenadoria Regional de Educação) também oferece formação para os professores para o uso pedagógico desses equipamentos. Além disso, os educadores passam a ter acesso às formações em ambientes virtuais oferecidas pela Secretaria de Educação.

Estreou-se o uso de 10 Chromebooks doados para a Escola Augusto Ope da Silva pelo Governo Estadual no dia 22 de maio de 2022 como pode ser visualizado na Figura 2.



FIGURA 2. Estreia dos Chromebooks na Escola

Fonte: Facebook da EEIEF

Conseguir levar educação para as pessoas que vivem nas Aldeias sempre foi, e continua sendo, um grande desafio para educadores e gestores públicos. Com o objetivo de superar esses desafios, nasce a [página da EEIEF Augusto Ope da Silva](#).

A presença de professores indígenas nas Escolas é imprescindível, pois produz uma melhor compreensão das divergências entre as formas de educar, da educação escolar e da educação familiar ou da educação indígena. “Isso

também possibilita a construção de um Projeto Político Pedagógico das Escolas Indígenas, correspondendo às demandas reais da comunidade, contribuindo para que os conhecimentos oferecidos pela Escola sejam eficazes e sirvam para suas lutas e por seus direitos” (Ferreira, 2020, p. 149).

### **3 Procedimentos metodológicos**

A EEIEF Augusto Ope da Silva tem presente na educação dos alunos, acesso às informações e documentos na página da internet da escola? Para esse estudo foi adotada a pesquisa descritiva e exploratória, desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica e documental, tendo uma abordagem qualitativa, que visa um maior conhecimento sobre a temática dos povos indígenas, elaborada a partir da análise da literatura consultada, composta de material bibliográfico: leis, livros, artigos de periódicos, Portal Capes, teses, dissertações e sites da web relacionados ao tema abordado. Foram selecionados textos sob a temática do acesso aberto, com enfoque no aspecto da transdisciplinaridade e da ciência da informação, visando relacionar ao contexto da Tecnologia de Informação e Comunicação (TICs).

Para a realização desta pesquisa, teve-se a anuência da Direção da Escola, onde a gestora Isabel Cristina Baggio acompanhou e aprovou o desenvolvimento da página da EEIEF Augusto Ope da Silva, localizada na Aldeia Três Soitas, em Santa Maria, RS.

No segundo momento, para a criação da página da EEIEF Augusto Ope da Silva utilizou-se o Google Sites, que é um wiki estruturado e uma ferramenta de criação de páginas da web incluída como parte do pacote gratuito de editores de documentos do Google baseado na web oferecido pelo Google.

No terceiro momento, foram identificados quais materiais pedagógicos são utilizados pela EEIEF Augusto Ope da Silva e que se encontram em formato digital; também foi realizada uma pesquisa em relação aos materiais didáticos

em língua Kaingang ou que abordam a cultura Kaingang e que estão disponibilizados em acesso aberto.

Após, realizou-se uma análise do conteúdo a ser inserido na “Página da Escola”, buscando apresentá-lo de modo simples e organizado, visando inserir as tecnologias digitais na formação dos alunos e professores Kaingang, como ferramenta importante na busca da inclusão social e inclusão digital e na promoção do exercício pleno da cidadania.

#### **4 Considerações finais**

Os Kaingang reconhecem o desafio que se estabelece na atualidade, pautada pela comunicação on-line em massa, para tal desafio, entende-se a escola como colaboradora e lugar estratégico de atuar na educação de crianças e jovens. Nesta perspectiva, diversas iniciativas para o avanço da ciência aberta têm sido realizadas e é necessário que os docentes e discentes das escolas indígenas estejam preparados e colaborem para que essas iniciativas tenham sucesso. Com a criação da página da EEIEF Augusto Ope da Silva oportunizou-se o acesso ao conhecimento para toda comunidade escolar sobre esse importante tema.

Almeja-se que a página da desta escola seja um instrumento que auxilie os professores indígenas a darem visibilidade aos materiais produzidos, possibilitando o compartilhamento de informações e a valorização da língua indígena, contribuindo para a revitalização da cultura, para que a Escola indígena cumpra o seu papel de formar cidadãos preparados para fazerem as suas escolhas profissionais e de vida, qualificando os espaços de suas comunidades, através da Tecnologia Digital.

A importância deste processo reside na possibilidade de deixar registrado, através de fotografias, textos, vídeos, um conhecimento cuja tradição de transmissão é de forma essencialmente oral. Os professores indígenas possuem a visão da organização social e cultural da comunidade, e deste

modo, com a publicação dos materiais produzidos na página da escola, contribuem para a preservação e disseminação da cultura entre os próprios moradores da comunidade e também fora dela.

O desafio presente é provocar os professores a se qualificarem e produzirem material didático e digital em suas línguas e também bilíngue, gerando um impacto positivo no processo de ensino-aprendizagem, na busca de uma educação intercultural, que deve estar associada aos projetos e currículos de manutenção e fortalecimento da identidade dos povos indígenas.

#### 4.1 Sugestões para trabalhos futuros

- Obter parcerias com estagiários da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM e a equipe diretiva da Escola para manter atualizada a página da Escola;
- Acompanhar, como voluntária, como está acontecendo a inclusão digital dos indígenas;
- Verificar quais são as contribuições ou os desafios enfrentados pelas lideranças da comunidade indígena e pelos professores, neste processo de inclusão digital.

#### Referências

- BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (1991). Portaria Interministerial Nº 559, de abril de 1991. Brasília, DF.
- COMISSÃO EUROPEIA. (2022). Combater a desinformação em linha: uma estratégia europeia. <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52018DC0236#>>
- COSTA, S. R. S., DUQUEVIZ, B. C., & PEDROSA, R. L. S. (2015). Tecnologias Digitais como instrumentos mediadores da aprendizagem dos nativos digitais. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de*

- Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, 19(3), 603-610.*  
<<https://www.scielo.br/j/pee/a/NwwLwRTRTdBDmXWW4Nq7ByS>>
- FERREIRA, B. (2020). *ÛN SI AG TÛ PË KI VËNH KAJRÃNRÃN FÃ. O papel da escola nas comunidades kaingang.* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- FERREIRA, M. K. L. (2001). A educação Escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: Silva, Aracy Lopes da; Ferreira, Mariana Kawall Leal (org.). *Antropologia, História e Educação: A questão indígena e a Escola.* São Paulo: Global.
- FURTADO, R. L. (2019). A competência em informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada. Tese de Doutorado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2013). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades.* Rio de Janeiro: IBGE.  
<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>>
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2010). *Censo Brasileiro de 2010.* Rio de Janeiro: IBGE.
- LUCIANO, G. J. DOS S. (2013). *Educação para o manejo do mundo: entre a Escola ideal e a Escola real. Os dilemas da educação Escolar indígena no Alto Rio Negro.* Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced.
- PORTELA, M. (2013). *Humanidades digitais: as humanidades na era da web 2.0. Rua Larga, 38.* <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/83568>>
- RYDBERG-COX, J. A (2006). *Digital libraries and the challengers of digital humanities.* Oxford, UK: Chandos Publishing.
- SILVA, F. C. C.; SILVEIRA, L. (2019). O ecossistema da Ciência Aberta. *Transinformação, 31,* e190001.  
<<https://www.scielo.br/j/tinf/a/dJ89vRg94Qxtf6Y7M49Hztr/?lang=pt>>
- SMITH, T. L. (2018). *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas.* Curitiba: Ed. UFPR.
- THIAGO, E. (2010). *Brasil: índio, internet e interculturalidade.* <<https://pt.globalvoices.org/2010/08/14/brasil-indio-internet-e-interculturalidade/>>
- UNESCO. *Open Science.*  
<[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por)>
- VICENTE-SAERZ, R.; MARTÍNEZ-FUENTES, C. (2018). Open Science now: a systematic literature review for an integrated definition. *Journal of Business Research, 88,* 428-436. DOI:  
<<https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.12.043>>